

O buraco negro nas finanças do Buriti

EXPEDICTO QUINTAS
Especial para o CORREIO

Enquanto o Governo Federal, com mão de gato, valeu-se do dispositivo constitucional, inscrito na atual Carta Magna, durante a votação da lei orçamentária para 1988, em meados de outubro último, aumentando para cerca de Cz\$ 4.667 bilhões a sua proposta original de Cz\$ 3.361 bilhões, o Distrito Federal, sem qualquer patrocínio, manteve-se nos mesmos níveis propostos originalmente. Ficou nos Cz\$ 44,7 bilhões iniciais, sem que uma iniciativa formal ajustasse em mais 60% — a exemplo do que ocorreu com a União — os níveis orçamentários para 1988.

A rigor, o GDF deveria ter o seu orçamento modificado para Cz\$ 71,6 bilhões, ainda durante a votação pelo Senado Federal. A abulia do Governo e a omisão da Bancada Federal, no entanto, deixaram as coisas correrem ao sabor do imponderável, acarretando para a Capital da República renovadas dificuldades para o seu gerenciamento financeiro, durante o presente exercício fiscal. Em que pese o aumento substancial da receita própria do DF, comparando-se 1987 com as estimativas para 88, num montante de 144,54% e, mais ainda, do crescimento das transferências correntes da União para o DF, no mesmo quadro comparativo — 204,38% — ainda assim deveria ter havido um reajuste durante a apreciação pelo Senado do orçamento do GDF para 1988.

A Bancada do DF, porém, não está preocupada com as finanças do Distrito Federal, preferindo cuidar tão-só da autonomia política, sem se dar conta de que tudo não passará de uma deslavada mistificação caso não se estabeleça a autonomia financeira para administrar a Capital da República e suas cidades-satélites. E por isso ninguém se preocupou em levantar dados objetivos, verificando corretamente as necessidades efetivas para uma administração independente, confiável e voltada para os problemas coletivos e não apenas para a clientela eleitoral. O orçamento proposto entrou e saiu do Congresso Nacional sem qualquer intermediação parlamentar ou executiva para viabilizá-lo em sua realização que está ocorrendo dentro de um quadro de extrema dificuldade.

Veja-se o exemplo do recuo a que se obrigou o GDF diante da política de subsídios ao transporte coletivo, baixando para níveis mínimos a contribuição para atender a esse programa de inequívoca dimensão social. Esse recuo está se dando, praticamente, em todas as rubricas, muito embora as projeções

CORREIO
ESPECIAL
12 MAI 1988

transpostas para 1988, para as despesas previstas, ampliassem em 590,31% os níveis financeiros de um ano para o outro. De uma previsão de Cz\$ 7.085 bilhões ampliou-se para Cz\$ 541.826 bilhões. A realização orçamentária, todavia, furou por inteiro as estimativas dos técnicos da Secretaria de Finanças. Em termos de receita situou-se ao redor de Cz\$ 15 bilhões. Vale dizer que entre os gastos de 87 e os de 88 vai uma diferença de 278%. Esse, pelo menos, é o registro da atual lei de meios do DF.

Ocorre que os níveis inflacionários previstos para o corrente exercício são da ordem de 600%, havendo, consequentemente, um buraco negro de cerca de Cz\$ 50 bilhões, ampliando multiplicadamente as dificuldades do Palácio do Buriti, para manter em dia os compromissos de custeio e de capital de Brasília.

Ainda bem que a queda do subsídio ao trigo propiciou uma arrecadação maior por força do ICM sobre as partidas daquele cereal importadas. Mesmo assim os recursos não irão sobrar, desde que o aumento dos custos das obras e serviços, em geral, anularam essa vantagem auferida pelo DF. Para o futuro, ao serem completados os dispositivos à Constituição esse ingresso na receita própria local poderá ser contestado em sua validade. Trata-se de uma rubrica questionada por numerosos tesouros estaduais em sua justezza fiscal.

O fato incontrovertido revela um Distrito Federal levado a uma situação crítica, com sua receita própria — menos de 30% das despesas — totalmente incapacitada para fazer frente aos crescentes gastos para manter em funcionamento normal o poder público em sua complexa diversificação, indispensável para dar apoio ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário federais com os acréscimos impostergáveis relativos às representações estrangeiras, instaladas na Capital do País, além dos encargos da administração local, com seus 82 mil servidores, das exigências e usos da população candanga.

Finalmente uma justificativa para a expressão "mão de gato", em relação à União que foi ao Parlamento para modificar a sua proposta. Para os gastos de pessoal a proposta inicial do Executivo foi de Cz\$ 550 bilhões. Esse total cresceu para Cz\$ 714 bilhões, que somados a mais Cz\$ 171,4 bilhões acrescidos à reserva de contingência elevaram para Cz\$ 885 bilhões os recursos para pessoal e encargos sociais, ganhando, assim, 160,9%, sobre a proposta e 288,2% sobre os mesmos gastos de 1987.